

Metrô e estradas ganham verba de R\$ 22 milhões

O Metrô de Brasília vai ganhar uma verba extraordinária de R\$ 14 milhões, que servirá para manter a operação do sistema de transporte até o fim do ano. E o Departamento de Estradas e Rodagem (DER) vai receber R\$ 8 milhões para conservar e fazer pequenas melhorias nas estradas de todo o DF.

Esses créditos suplementares ao Orçamento do DF serão aprovados hoje, pela Câmara Legislativa, numa sessão extraordinária. Como os deputados governistas são maioria (16 dos 24 parlamentares), o Palácio do Buriti não deverá encontrar dificuldades na votação.

A abertura dos créditos suplementares é um procedimento de rotina, que costuma acontecer principalmente no final do ano. O governo tira recursos de áreas que não estão mais precisando de investimentos e aplica em outros setores prioritários, como é o caso do Metrô e das estradas.

Também será votado hoje, numa sessão extraordinária da Câmara, um pedido de abertura de crédito para as administrações regionais do Plano Piloto e das demais cidades do DF. Elas vão ganhar, ao todo, R\$ 5,3 milhões para o pagamento de despesas com pessoal.

Na sessão de ontem, os distritais analisaram vetos

do governador Joaquim Roriz a projetos que já haviam sido aprovados pela Câmara. Foi derrubado um veto a uma proposta, da deputada Maria José Maninha (PT), obrigando os hospitais públicos a darem atendimento pedagógico às crianças que estiverem internadas.

Os hospitais públicos do DF também serão obrigados a fazer cirurgias reparadoras de mama nas mulheres que perderam os seios por causa de câncer, segundo projeto de Lúcia Carvalho (PT). Esse tipo de cirurgia deixa de ser

considerado meramente estético, e por isso torna-se obrigatório.

Outra proposta que irá se transformar em lei, graças à derubada do veto, reserva

10% dos assentos para os idosos, gestantes e portadores de deficiências em seminários, conferências, teatros e reuniões públicas. Todos esses projetos, contudo, ainda precisarão ser regulamentados nos próximos dois meses antes de saírem do papel.

Caso o governador Roriz não queira sancioná-los, a própria Câmara vai promulgá-los para que se tornem lei. Uma possível promulgação das propostas não significa rebeledia da bancada governista, uma vez que a prerrogativa consta da Lei Orgânica do DF.

Derrubada de veto obriga hospitais públicos a fazerem cirurgia reparadora da mama em mulheres vítimas de câncer